



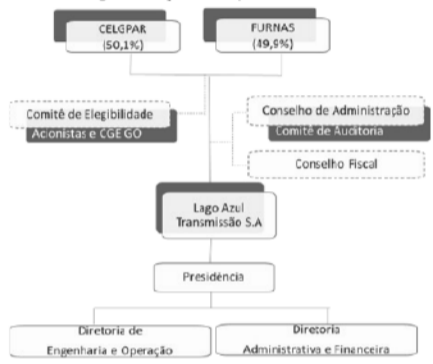
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 19.698.987/0001-98
CAPITAL FECHADO

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO: 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO: No ano de 2022 a Lago Azul Transmissão S.A manteve seu bom desempenho operacional, registrando disponibilidade efetiva de 100% da Linha de transmissão (LT). A disponibilidade computada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) foi de 99,99% em função da apropriação de 20% do tempo estimado de uma programação cancelada. Fato é independentemente disso o desempenho ficou bem superior à média para LTs em 230 kV, que foi da ordem de 99,18% conforme relatório emitido pelo ONS. Ressaltamos que, no exercício de 2022, foi realizada a revisão de Ativo de Contrato para atendimento ao Pronunciamento Contábeis (CPC 47) e ao Comunicado CVM (OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020), motivo pelo qual houve reprogramação das demonstrações de 2021, o que consta detalhado no item 3.10 das Notas Explicativas. Em termos financeiros observou-se uma elevação da Receita Operacional Líquida da ordem de 9,20%, enquanto os custos e despesas operacionais sofreram um aumento de 36,74%, impactados principalmente pela alteração estrutural dos custos com Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM). Por exemplo, os custos que, nas bases anteriores aos ajustes e nova contratação (via licitação), seriam de R\$ 530 mil anual, passaram para R\$ 1.394 mil, o que representa um aumento de 163%. Por outro lado, houve um aumento de 195% no resultado financeiro, cujo impacto decorre principalmente da variação da Selic, proxy da taxa de referência de remuneração das aplicações financeiras. Assim, considerando a variação das receitas e custos operacionais, bem como o resultado financeiro, observou-se elevação do Lucro Líquido do exercício de 2022 de 2,77% em relação ao resultado de 2021. Ademais a companhia continuou mantendo bons níveis de liquidez, tendo registrado índice de 3,17 de liquidez corrente e 8,95 de liquidez geral.

Relatório ONS disponível em: https://integre.ons.org.br/sites/2/17_layouts/15/WopiFrame.aspx?sourcecode=FB83D9C8-4E18-4E23-824C-55E67A38701E1&file=DISPF%20Transmiss%C3%A3o%202022-12.xlsx&action=default

2. PERFIL E NEGÓCIO DA LAGO AZUL: A Lago Azul atua no segmento de transmissão de energia elétrica com o propósito específico de operar e manter as instalações de transmissão implantadas em consonância com o Contrato de Concessão - ANEEL 03/2014, cujo objeto contemplou a implantação, operação e manutenção do segundo circuito da Linha de Transmissão de Barro Alto a Itapaci (em 230kV), que possui aproximadamente 69 km, respectivas entradas de linha, barramentos e demais instalações vinculadas, a qual iniciou a operação comercial em 19/09/2016, 2 meses antes do prazo contratual. A Companhia sujeita-se à Lei nº 13.303/2016, a qual estabelece, dentre outros, mecanismos de governança requerendo para sociedades de economias mistas. A Companhia conta com Conselhos de Administração e Fiscal, Comitê de Elegibilidade via acionistas e Comitê de Auditoria Estatutário, cujas atribuições são desempenhadas pelos Conselheiros de Administração, nos termos do Decreto nº 9.402/2019, art. 10, § 2. Vide a seguir sintetizada a estrutura societária e de governança da companhia.



3. INVESTIMENTOS: A Lago Azul realizou seus principais investimentos durante a fase de implantação do empreendimento, ou seja, até o ano de 2016. Em 2022 a companhia realizou investimentos da ordem de R\$ 821 mil envolvendo aquisições de sobressalentes e quitação do contrato com a Sao Towers, no valor de R\$ 354 mil, o qual encontra-se em discussão administrativa. **4. CENÁRIO ECONÔMICO E SETORIAL:** No âmbito nacional, o ano de 2022 foi marcado, dentre outros, pela eleição presidencial, a qual acabou por repercutir de forma direta em fatores econômicos como, por exemplo, nas medidas para liberação de crédito e aumento de renda, viabilizado por programas como empréstimos para beneficiários do auxílio Brasil, operações de crédito diferenciadas para mulheres e

benefícios emergenciais a taxistas. Ademais, destaca-se a redução de PIS e COFINS sobre combustíveis, implementado por meio da Medida Provisória 255/2022, que também limitou as alíquotas de ICMS sobre combustíveis (gasolina e etanol) e energia, passando de 25% para 17%. De forma direta isso acabou por contribuir para uma redução da inflação, registrando IPCA de 5,79% em 2022, ante 10,06% registrado em 2021. Além das questões nacionais, o país ainda ressentia os reflexos da Pandemia Covid-19 e fatores externos como a Guerra da Rússia contra Ucrânia, o que, de certa forma, continuou afetando a cadeia global. No Brasil observou-se redução no PIB em 2022, registrando 2,93% ante o crescimento de 4,99% em 2021, sendo que este ainda estava impactado pela retomada das atividades, frente ao crescimento negativo de 3,28% do ano anterior. Em termos de câmbio, a paridade R\$/US\$ fechou o ano com redução de 6,50%, já que, em 2022, a cotação do dólar fechou em R\$ 5,22, enquanto no final de 2021 foi de R\$ 5,58. As incertezas em relação ao futuro do arcabouço das contas públicas e incentivos fiscais, aliadas aos riscos de alta na inflação, dentre outros, subsidiaram as bases para que o Comitê de Política Monetária (COPOM) elevasse as taxas de juros (Selic) em mais de 48% no ano de 2022, passando de 9,25% no final de 2021 para 13,75% no final de 2022. Se observa que os aspectos econômicos e setoriais não impactaram de forma relevante no desempenho da Companhia, uma vez que os principais passivos são atualizados pelo IPCA, mesmo índice utilizado nos reajustes tarifários das receitas. Não houve alteração regulatória significativa que afetasse os negócios da LAZ. **5. DESEMPENHO OPERACIONAL:** A Lago Azul tem como um de seus objetivos estratégicos o bom desempenho na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica com a maximização da disponibilidade de suas instalações ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Como demonstrado no gráfico abaixo a disponibilidade em 2022 registrada pelo ONS foi de 99,99%, porém a disponibilidade real foi de 100%, já que houve cancelamento de programação, mas considerada em 20% do período solicitado pelo ONS.



6. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO: Em 2022 a LAZ procedeu com o ajuste de seu principal ativo, o Ativo de Contrato, alterando algumas premissas para atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC-47 referente à Receita de Contrato com Cliente, neste caso Contrato com a ANEEL, e orientações divulgadas pela CVM por meio do Ofício 004/2020. Houve uma redução total de R\$ 5,624 milhões, sendo R\$ 360 mil no Ativo Circulante e R\$ 5,264 mil no Ativo Não Circulante, conforme melhor detalhado nas Notas Explicativas 3.10 (Reapresentação de Saldos Comparativos) e 7 (Ativos de Contrato). O Ativo Circulante teve uma elevação de 5,66%, saindo de R\$ 7.002 mil em 2021 para R\$ 7.398 mil em 2022 e o Ativo Não Circulante aumentou 12,57%, cujo saldo registrado em 2022 foi de R\$ 47.329 mil ante R\$ 42.043 em 2021. Em termos de Ativo total a variação foi de 11,59%, encerrando 2022 com saldo de R\$ 54.727 mil. Já em termos de Passivo verificou-se no Circulante uma redução da ordem de 18,88%, considerando que em 2022 o saldo final foi de R\$ 2.333 mil e, em 2021, o saldo foi de R\$ 2.876 mil. A redução decorre principalmente da baixa da Provisão para Fornecedores e pagamento à Sao Towers, conforme Nota Explicativa 9 (Fornecedores). Em 2022 a LAZ registrou Lucro Líquido de R\$ 7.266 mil, um aumento de 2,77%, se comparado com o apurado em 2021 (R\$ 7.070 mil). O resultado decorre principalmente do aumento da Receita Operacional Líquida que em 2021 foi de R\$ 9.241 mil e em 2022 registrou R\$ 10.091 mil, aumento de 9,20%. Outro fator que impactou o aumento do Lucro Líquido foi o Resultado Financeiro, cuja variação foi de 195%, saindo de R\$ 100 mil em 2021 para R\$ 295 mil em 2022. Tal variação se deve ao aumento das Receitas de aplicações Financeiras dos recursos disponíveis, tendo em vista que esses investimentos, geralmente, acompanham a variação da taxa Selic, que iniciou o ano em 9,25% chegando a 13,75% em agosto e assim manteve até dezembro de 2022. A companhia continua sem dívida onerosa, com crescimento regular da receita, sofrendo impactos de alterações de critérios contábeis. Vide síntese dos principais números de LAGO AZUL.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ROL (R\$ MIL)	2.096	15.853	18.541	9.307	6.905	4.442	5.351	9.241	10.091
RAP (R\$ MIL)	0	0	630	3.005	4.031	4.178	4.309	4.705	5.257
EBITDA (R\$ MIL)	-374	245	2.850	3.827	5.447	2.516	3.563	7.400	7.358
Lucro Líq. (R\$ MIL)	-284	459	2.098	3.934	5.381	2.546	3.459	7.070	7.266
Margem Líq. (R\$ MIL)	-13,55%	2,90%	11,32%	42,27%	77,93%	57,32%	64,64%	76,51%	72,00%
Endividamento (R\$ MIL)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital Circulante Líquido-CCL	1.886	-281	6.400	4.421	5.348	4.899	3.230	4.126	5.065
Liquidez Corrente-LC	40,49	0,94	5,44	1,90	2,37	1,98	1,71	2,43	3,17

Balanço patrimonial Em 31/12/22 e 2021 (reapresentado)				Demonstração dos resultados dos exercícios em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)				
(em MR\$)				(reapresentado)				
	31/12/22	31/12/21	01/01/21		31/12/22	31/12/21	01/01/21	
Ativo	54.727	49.045	45.035	Receita Operacional Líquida	12	10.091	9.241	
Circulante	7.398	7.002	7.584	Custos de operação e manutenção	(620)	(573)	(573)	
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.011	2.391	3.363	Custos Operacionais	13	(822)	(421)
Concessionárias e permissonárias	5	710	411	446	Lucro Bruto	8.649	8.247	
Impostos a recuperar	6	276	180	124	Despesas Operacionais	14	(1.297)	(1.009)
Ativo de contrato	7	4.326	3.994	3.632	Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras	7.352	7.238	
Outros ativos circulantes		75	28	19	Receitas financeiras	312	104	
Não Circulante	47.329	42.043	37.451	Despesas financeiras	(17)	(14)		
Ativo de contrato	7	47.081	42.012	37.447	Resultado Financeiro	15	295	100
Imobilizado líquido	8	185	19	4	Lucro antes do I.R. e da C.S.	7.647	7.338	
Intangível	8	63	12	-	I.R. e C.S. correntes	16	(215)	(128)
Passivo e Patrimônio Líquido	54.727	49.045	45.035	I.R. e C.S. diferidos	16	(166)	(140)	
Circulante	2.333	2.876	4.676	Lucro Líquido do Período	7.266	7.070		
Fornecedores	9	80	885	1.283	Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)			
Salários e encargos		180	122	106	RESERVAS DE LUCROS			
Obrigações fiscais		158	84	109	Capital social	35.156	916	1.611
Dividendos a pagar	11.c	1.801	1.679	2.964	Reserva Legal	-	-	-
Encargos setoriais		132	100	87	Reserva de lucros acumulados	-	-	-
Outros passivos circulantes		2	6	26	Prejuízos acumulados	-	-	-
Não Circulante	3.780	3.096	2.777	Saldo em 01/01/2021 (reapresentado)	35.156	916	1.611	
Impostos diferidos	10	3.460	3.096	2.777	Lucro líquido do exercício	-	-	7.070
Provisão para litígios		320	-	-	Constituição da reserva legal	-	354	(354)
Patrimônio Líquido	11	48.814	43.073	37.683	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.679)
Capital social		35.156	35.156	35.156	Reserva de retenção de lucro	-	-	5.037
Reserva legal		1.633	1.269	916	Saldos em 31/12/2021 (reapresentado)	35.156	1.270	6.648
Reserva de retenção de lucros		11.825	6.648	1.611	Lucro líquido do exercício	-	-	7.266
Demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)				
31/12/22				31/12/21				
(reapresentado)				(reapresentado)				
Lucro líquido do período	7.266	-	-	7.070	Constituição da reserva legal	-	363	(363)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.726)
Total dos resultados abrangentes do período	7.266	-	-	7.070	Reserva de retenção de lucros	-	-	5.177
Saldos em 31/12/2022				Saldos em 31/12/2021				
35.156				1.633				
1.270				11.825				
48.814				43.073				

Notas Explicativas em 31/12/22 e 2021 (em MR\$): 1 Contexto Operacional: A Lago Azul Transmissão S.A. (Cia.), sociedade privada de capital fechado, foi constituída em 09/12/2013, estabelecida à R. do Carmo nº 6, 9º pavimento, salas 909 a 912, Centro, RJ - RJ, CEP. 20.011-020. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Assinou Contrato de Concessão nº 03/2014 junto à ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da data da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos. **1.1 Da concessão:** A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14/11/2013. O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás: • LT 230 kV Barro Alto - Itapaci, C2 (69 km). As instalações de transmissão são compostas pela: • Linha de Transmissão Barro Alto - Itapaci, em 230 kV, circuito simples, 2º circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci. • Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 19/09/2016, a Cia. entrou em operação passando a receber a RAP integralmente. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA no mês/07/cada ano, e passará por revisão tarifária a cada cinco anos, nos termos do contrato de concessão. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo/07/2022 a junho de 2023, é de R\$ 5.257, conforme Resolução Homologatória nº 3.067, de 12/07/2022. **2 Base de Elaboração das DFs:** 2.1 Declaração de conformidade: Estas DFs da Cia. foram preparadas e apresentadas de acordo com a IAS 1 - Presentation of Financial Statements, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e o CPC 21 - Demonstração (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas DFs anuais da Cia. do exercício findo em 31/12/2021, previamente divulgadas e reapresentadas. As DFs estão apresentadas de forma consistente com as normas expedidas pela CVM. A Cia. também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As DFs da Cia. foram autorizadas pela Administração em 16/03/2023. **2.2 Moeda funcional:** As DFs estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3 Políticas Contábeis e Estimativas Críticas:** A Cia. aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas DFs. **3.1 Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, for possível identificar os direitos, houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual tem direito. As receitas da Cia. são classificadas nos seguintes grupos: **Receita de infraestrutura:** Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Cia. utilizou um modelo que apura o custo de financiamento do cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. **Receita de remuneração ativo de concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de remuneração incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **Receita de operação e manutenção:** Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações

Demonstração dos fluxos de caixa em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)		
	31/12/22	31/12/21
(reapresentado)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	7.266	7.070
Lucro líquido do exercício	7.266	7.070
Ajustado por:		
Rendimentos sobre ativo de contrato	(9.395)	(8.559)
PIS/COFINS diferidos	108	179
IRPJ/CSLL diferidos	166	140
Provisão para litígios	320	-
Depreciação	5	4
	(1.440)	(1.166)
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais	(209)	35
Concessionárias e permissonárias	(299)	35
Impostos a recuperar	(96)	(56)
Ativo de contrato	3.994	3.632
Outros ativos circulantes	(49)	(7)
Fornecedores	(805)	(398)
Obrigações fiscais	236	120
Encargos setoriais	32	13
Salários e encargos	38	16
Outros passivos circulantes	(3)	(21)
	1.608	2.168
I.R. e C.S. pagos	(162)	(145)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.446	2.023
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(171)	(19)
Imobilizado, líquido	(171)	(19)
Aquisição de intangível	(51)	(12)
Caixa líquido das atividades de investimento	(222)	(31)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.604)	(2.964)
Pagamento de dividendos	(1.604)	(2.964)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(1.604)	(2.964)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(380)	(972)
Início do período	2.391	3.363
Fim do período	2.011	2.391
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(380)	(972)

Demonstração dos valores adicionados em 31/12/22 e 2021 (em MR\$)		
	31/12/22	31/12/21
(reapresentado)		
Receita	10.549	9.656
Receita	10.549	9.656
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(10)	-
Insuços Adquiridos de Terceiros	(1.375)	(1.087)
Matérias / Serviços de terceiros e outros	(1.375)	(1.087)
Depreciação / Amortização	(5)	(4)
Depreciação	(5)	(4)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	9.159	8.565
Valor Adicionado Recebido em Transferência	312	104
Receita financeira	312	104
Valor Adicionado Total a Distribuir	9.471	8.669
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	715	614
Remuneração direta	715	614
Benefícios	51	50
FGTS	53	48
	819	712
Impostos, taxas e contribuições	73	62
Encargos setoriais	73	62
Federais	918	735
Outros impostos e taxas	21	47
	1.012	844
Remuneração de capitais de terceiros	36	38
Arrendamentos e aluguéis	36	38
Juros	17	4
Provisão para contingência	320	-
Outros	1	1
	374	43
Remuneração de capitais próprios	7.266	7.070
Lucro do exercício	7.266	7.070
TOTAL	9.471	8.669

de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. A Cia. observou as orientações do Ofício Circular nº 04, divulgado pela CVM, na elaboração das DFs de 31/12/2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: • Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade do projeto de transmissão foi de 10,29% a.a. • A remuneração do ativo contratual é estabelecida no início de cada projeto, em conjunto com a alocação das margens de construção e de operação. A taxa que remunera o ativo de contrato foi 10,27% a.a. **3.2 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31/12/2022, a Cia. não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31/12/2022, a Cia. apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31/12/2022, os ativos financeiros da Cia., classificados nesta categoria, compreendem as seguintes contas: "Depósitos bancários a vista" e "Concessionárias e permissonárias". **Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2022, os ativos financeiros da Cia., classificados nesta categoria, compreendem as seguintes contas: "Aplicações financeiras". **(ii) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31/12/2022, passivos financeiros da Cia. classificados como custo amortizado compreendem "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos". **3.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 19.698.987/0001-98 CAPITAL FECHADO

dos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Principais características dos contratos de concessão: RAP-A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor-IPCA. Faturamento da receita de operação, manutenção e construção-Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. Parcela variável-A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão-CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Extinção da concessão e reversão de bens vinculados-O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6/10/1998, no valor máximo por infração construída de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração. 3.6 Impostos e contribuições: O I.R. e a C.S. do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) I.R.-base de cálculo de 8% da receita, alíquota do I.R. de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$ 240; e (ii) C.S.-base de cálculo de 12% da receita e alíquota da C.S. de 9%. Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a C.S. diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas DFs e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. 3.7 Redução ao valor recuperável de ativos: A cada período de reporte, a Cia. revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Cia. não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados. 3.8 Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). 3.9 Normas e interpretações ainda não efetivas: j) Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2022: No exercício corrente, a Cia. adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board-IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-PCP, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2022. Norma: Revisão 15: CPC 48-Instrumentos Financeiros, CPC 08-Custos de Transação e Prêmios na Emissão de TVM; CPC 40-Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 11-Contratos de Seguro, e CPC 06 (R2)-Arrendamentos. Descrição da alteração: Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Correlação IASB: IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16. Data da vigência: 01/01/2022. Norma: CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Descrição da alteração: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Correlação IASB: IAS 37. Data da vigência: 01/01/2022. Norma: CPC 27-Ativo Imobilizado. Descrição da alteração: Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Correlação IASB: IAS 16. Data da vigência: 01/01/2022. Norma: CPC 00-Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Descrição da alteração: Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3. Correlação IASB: IFRS 3. Data da vigência: 01/01/2022. A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Cia. ou sobre as divulgações nestas DFs. ii) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis: Norma: CPC 26-Apresentação das Demonstrações Contábeis. Descrição da alteração: Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2). Correlação IASB: IAS 1 / IFRS 2. Data da vigência: 01/01/2023. Norma: CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro. Descrição da alteração: Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma. Correlação IASB: IAS 1 / IFRS 2. Data da vigência: 01/01/2023. Norma: CPC 32-Tributos sobre o Lucro-Revisão de imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Descrição da alteração: As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias. Correlação IASB: IAS 12. Data da vigência: 01/01/2023. Norma: CPC 50 - Contratos de seguro. Descrição da alteração: Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade. Correlação IASB: IFRS 17. Data da vigência: 01/01/2023. Norma: Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47. Descrição da alteração: Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação. Correlação IASB: IFRS 4 / IAS 28 / IAS 34 / IAS 8 / IAS 1 / IAS 16 / IAS 32 / IFRS 1 / IFRS 7 e IAS 28. Data da vigência: 01/01/2023. Norma: Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50. Descrição da alteração: Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9-Comparative Information (2021). Correlação IASB: IAS 36 / IAS 7 / IAS 38 / IFRS 3 / IAS 28 / IAS 15 / IAS 16 / IAS 40 / IFRS 5 / IAS 19 / IFRS 1 / IAS 32 / IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9. Data da vigência: 01/01/2023. Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas DFs. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as DFs da Cia. em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. 3.10 Representação dos saldos comparativos: A Cia. está reapresentando o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 31/12/2021, originalmente autorizadas em 27/01/2022. A reapresentação deve-se a reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, e devido a revisão das estimativas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº 04/2020. Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar o exercício de 31/12/2021 e o período de 01/01/2021, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, como se tivessem ocorrido nas respectivas datas, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo:

	31/12/22	31/12/21
Ativo não circulante	47.307 (5.264)	42.043
Ativo de contrato	47.276 (5.264)	42.012
Demais ativos não impactados	31	31
Total do ativo	64.669 (6.624)	49.045
Passivo circulante	2.801	2876
Dividendos a pagar	-	-
Passivo não circulante	1.755	3.701
I.R. e C.S. diferidos	1.755	3.254
Pis e Cofins diferidos	-	447
Patrimônio líquido	60.113 (7.040)	43.073
Capital social	35.156	35.156
Reserva legal	1.254	1.289
Reserva de lucros retidos	13.703 (7.055)	6.648
Total do passivo e do Patrimônio líquido	64.669 (6.624)	49.045
b) Demonstração do resultado do exercício	31/12/21	31/12/21
	(publicado)	(reapresentado)
Receita operacional líquida	8.828	9.241
Demais contas não impactadas	(1.903)	(1.903)
IRPJ/CSLL	(172)	(268)
Lucro líquido do exercício	6.753	7.070
c) Demonstração do resultado abrangente	31/12/21	31/12/21
	(publicado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.753	7.070
Total de outros resultados abrangentes	6.753	7.070
d) Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/21	31/12/21
	(publicado)	(reapresentado)
Demonstração do Fluxo de Caixa		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	6.925	7.338
Itens de resultado que não afetam o caixa	9	4
Rendimento do ativo de contrato	(8.688)	(8.559)
(Aumento) redução nos ativos e passivos	3.777	3.062
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	2.023 (179)	1.844
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(31)	(31)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(2.964)	(2.964)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(972) (179)	(1.151)
e) Demonstração dos valores adicionados	31/12/21	31/12/21
	(original)	(reapresentado)
RECEITA	9.083	9.658
Valores adicionados sem alteração	(1.010)	(1.010)
Valor Adicionado Total a Distribuir	8.053	8.646
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal	805	805
Impostos, taxas e contribuições	390	729
Remuneração de capitais de terceiros	105	42
Remuneração de capitais próprios	6.753	7.070
TOTAL	8.053	8.646
4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/22	31/12/21
Depósitos bancários a vista	389	287
Aplicações financeiras	1.622	2.104
Total	2.011	2.391
As aplicações financeiras da liquidez imediata são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/2022, a aplicação financeira referente à RF CP Empresa Agil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses, à taxa de 11,5178%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.		
5 Concessionárias e permissionárias	31/12/22	31/12/21
A vencer: Concessionárias e permissionárias	439	404
Vencido: Concessionárias e permissionárias	281	7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10)	-
	710	411
No exercício de 2022 a Cia. efetuou revisão dos faturamentos atrasados, considerando as possibilidades de recebimento em função da situação do cliente, tempo de atraso e característica da inadimplência, com base neste estudo efetuou a provisão para créditos e liquidação duvidosa. Do valor da inadimplência acumulada, R\$ 268 referem-se às Tusts complementares, retidas pela CCEE em função da ausência de Certidão Negativa Federal. 6 Impostos a Recuperar: Em 31/12/2022, o valor de R\$ 276 (R\$ 180 em 31/12/2021), classificado como imposto a recuperar, é referente ao I.R. retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, e aos tributos retidos sobre faturamentos, adicionados à correção monetária pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com os impostos apurados mensalmente e no encerramento do exercício. 7 Ativos de Contrato: A concessão de transmissão da Cia. é classificada como ativo contratual, cujas principais premissas para mensuração seguem abaixo sumarizados: • Receita RAP estipulada no contrato de concessão e atualizada anualmente, disposta por resolução; • Curva de investimento guarda relação com previsto no contrato de concessão e taxa de depreciação também em conformidade com o contrato de concessão; • Taxa de retorno implícita do contrato obtida após a precificação das margens pelo fluxo de RAP esperado no momento da renovação ou celebração contratual em comparação ao fluxo de investimento operado ou realizado (5,66%); • Identificação das margens: As margens identificadas refletem a estratégia definida pela Cia. para cada concessão, e variam em função de vários fatores de negócio, à época de cada contrato impactam na formação do ativo de contrato. Todavia, independente das margens, os custos são auferidos diretamente no resultado sem constituição de ativo. • Parcela variável como critério de risco utilizando o previsto no Plano de Negócio; • Receitas anuais permitidas conforme previsão do contrato de concessão; A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte atrelada de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são apurados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. A movimentação destes ativos, no período findo em 31/12/2022, é como segue: Saldo em 01/01/2021 (reapresentado) 41.079 Atualização monetária 8.559 Amortização (4.354) Saldo em 31/12/2021 (reapresentado) 46.006 Atualização monetária 9.395 Amortização (3.984) Saldo em 31/12/2022 51.407 Ativo Circulante 4.326 Ativo Não Circulante 47.081		
8 Imobilizado e Intangível: 8.1 Imobilizado		
	Valor bruto em Adições	Valor bruto em Adições
	Trans-ferên-cias	Depre-ciação
	Adi-cionais	Acu-mulada
	31/12/21	31/12/22
	31/12/21	31/12/22
Ativo Imobilizado em Serviço		
Administração	36	13
Equipamentos de informática	(17)	(5)
Subtotal	36	13
Imobilizado não vinculado à concessão		
Máquinas e equipamentos	-	1
Subtotal	-	1
Ativo imobilizado em curso		
Transmissão	171	171
Materiais em depósito	-	-
Subtotal	171	171
Total do Ativo Imobilizado	36 171	207 171
8.2 Intangível		
	Valor bruto em Adições	Valor bruto em Adições
	Adi-cionais	Depre-ciação
	31/12/21	31/12/22
	31/12/21	31/12/22
Ativo intangível em curso		
Transmissão	12	63
Serviços	51	51
Subtotal	12 51	63 51
Total do Ativo Intangível	12 51	63 51
9 Fornecedores	31/12/22	31/12/21
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39	38
Celg T (EDP Goiás)	37	-
Sae Towers	-	350
RBA Loyalty Contadores Associados	3	-
Fornecedores diversos	1	5
Provisão de fornecedores	-	450
	80	885

	31/12/22	31/12/21
10 Impostos Diferidos		
IRPJ	1.028	920
CSLL	555	497
PIS	334	299
COFINS	1.543	1.380
	3.460	3.096
A base do cálculo dos tributos diferidos e os efeitos contabilizados no resultado da Cia., estão demonstrados de forma complementar na NE nº 16. 11 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: Em 31/12/2022, o capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela Cia. CELG DE PARTICIPAÇÕES S.A. e FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente. O capital social subscrito da Cia. está composto da seguinte forma:		
	31/12/22	31/12/21
	R\$	Participação
Cia. Celg de Participações S.A.	17.613	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.543	49,90%
Total	35.156	100,00%
(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das S.A. (c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do art. 202 da Lei das S.A., salvo nas condições mencionadas nos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, quando não houver compatibilidade financeira.		
CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO		
Lucro líquido do exercício	7.266	(363)
Reserva Legal (5%)	-	-
Base para cálculo do dividendo mínimo obrigatório	6.903	1.726
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-
A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:		
Saldo em 31/12/2021	1.679	(1.604)
Dividendos pagos	-	1.726
Dividendos mínimos obrigatório 2022	-	1.801
Saldo em 31/12/2022	1.679	(1.604)
12 Receita Operacional Líquida	31/12/22	31/12/21
	(reapresentado)	
Rendimentos sobre ativo de contrato	9.395	8.559
Receita de O&M (i)	1.154	1.097
Pis	(68)	(63)
Cofins	(317)	(290)
Encargos regulatórios (ii)	(73)	(62)
Receita Operacional Líquida	10.091	9.241
(i) A Receita de O&M reflete o valor líquido entre a amortização do ativo de contrato e o valor dos AVCs emitidos mensalmente pela ONS. (ii) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, ISFEE, Conta do Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. 13 Custos Operacionais: Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.		
	31/12/22	31/12/21
Pessoal	(179)	(21)
Serviços de terceiros	(614)	(390)
Aluguéis	(1)	-
Doações, Contribuições e Subvenções	(7)	(9)
Tributos	(7)	(1)
Outros	(14)	-
Custos de operação e manutenção	(620)	(573)
TOTAL	(1.442)	(994)
14 Despesas Operacionais	31/12/22	31/12/21
Pessoal	(790)	(805)
Serviços de terceiros	(134)	(116)
Aluguéis	(35)	(38)
Tributos	(13)	(46)
Depreciação	(7)	(4)
Provisão para litígios	(318)	-
	(1.297)	(1.009)
15 Resultado Financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:		
	31/12/22	31/12/21
Receitas Financeiras	312	104
Receitas de aplicações financeiras (a)	225	98
Variações monetárias (b)	20	6
Outras	67	-
Despesas Financeiras	(17)	(4)
Juros e multas	(1)	(1)
Variações monetárias	(12)	(3)
Outras despesas financeiras	(4)	(0)
Resultado financeiro	295	100
(a) Em 2022, os rendimentos sobre a aplicação financeira tiveram um crescimento significativo, em relação ao período anterior, devido à variação do mercado financeiro, tendo em vista que esses investimentos, geralmente, acompanham a variação da taxa Selic, que também aumentou consideravelmente. (b) Variação referente a recebimento de multas e acréscimos moratórios sobre os faturamentos em atraso. 16 Tributos sobre o Lucro: 16.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de I.R. e C.S. debitada em resultado é demonstrada como segue:		
a) Corrente	31/12/22	31/12/21
	(reapresentado)	
Receita operacional	5.092	4.641
Alíquota de presunção aplic. sobre a receita recebida	8%	8%
Base de presunção	407	371
Receitas financeiras	258	104
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	665	475
25% 9%	164	47
Alíquotas utilizadas na apuração	(164)	(47)
Outros	(7)	20
I.R. e C.S. correntes	(143)	(75)
	(143)	(75)
	31/12/22	31/12/21
	(reapresentado)	
IRPJ	9.395	8.559
CSLL	8%	8%
Base de presunção	752	685
Alíquotas utilizadas na apuração	25%	9%
Impostos diferidos	(164)	(153)
Amortização do I.R. e C.S. diferidos	54	81
I.R. e C.S. diferidos	(110)	(92)
Efeito no resultado	(253)	(167)
17 Provisões para Processos Judiciais e Passivos Contingentes: a) Provisão para processos judiciais: A Cia., em 31/12/2022 e 31/12/2021, não é parte envolvida em processos na esfera administrativa ou judicial, que o risco estimado de perda seja classificado como provável, além dos processos que envolvem ações fundiárias. b) Passivos contingentes: Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes classificados como de risco possível são apresentados a seguir:		
Processos fiscais	31/12/22	3



LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.

CNPJ: 19.698.987/0001-98
CAPITAL FECHADO

18 Instrumentos Financeiros: 18.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

	31/12/22		31/12/21	
	Custo amortizado	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	389	1.622.201,1	2.391	
Concessionárias e permissionárias	710	- 710	411	
Impostos a recuperar	276	- 276	180	
	1.375	1.622.297,2	2.982	

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia., em 31/12/2022, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/22	31/12/21
Passivos financeiros		
Fornecedores	80	885
Salários e encargos	160	122
Obrigações fiscais	158	84
Outros passivos circulantes	134	-
	532	1.099

Classificações contábeis e valores justos: Em 31/12/2022 e 31/12/2021, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalente de caixa e aplicações financeiras vinculadas—contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das DFs. • Concessionárias e permissionárias—A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Fornecedores e Outros Passivos—A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. **Hierarquia do valor justo:** • Nível 1—Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2—Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3—Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Cia. a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado. **Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e apoiar o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora tanto condições de liquidez corrente quanto retorno sobre capital, considerando então o resultado líquido sobre o patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **18.2 Gestão de risco:** As operações financeiras da Cia. são realizadas priorizando estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas, em consonância com o rigor requerido às empresas públicas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: **(a) Riscos de mercado:** A utilização do instrumen-

tos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **(b) Riscos ambientais:** As instalações da Lago Azul, constituídas pela linha de transmissão e pelos módulos de entrada de linha nas subestações terminais, não dispõem de equipamentos de transformação ou compensação, encontra-se em fase de operação comercial. Por essa razão e pelas suas características os níveis de impacto ao meio ambiente são muito baixos, levando a que o potencial para passivos contingentes/obrigações referentes a custos ambientais e de limpeza/despoluição seja praticamente nulo. De qualquer forma a Cia. conta com serviços de empresa especializada para o devido monitoramento e atendimento às obrigações de natureza ambiental. **(c) Riscos Operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Cia. e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Cia. ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **(i) Risco técnico**—A infraestrutura da Cia. é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes do caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Cia. pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, além de possível desconto da Parcela Variável de Disponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades das Linhas de Transmissão. **(ii) Riscos regulatórios**—A Cia. está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia—MME, ANEEL e Ministério do Meio Ambiente. **(iii) Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura**—Caso a Cia., por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. **19 Partes Relacionadas:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 (R1)—Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado a transação. As transações com partes relacionadas são realizadas pela Cia. em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Cia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento, a Cia. possui como partes relacionadas: as acionistas e o pessoal-chave da administração. **Operações comerciais:**

Partes relacionadas	Natureza da operação	31/12/22	31/12/21
Ativo	Contas a receber de faturamento	9	10
Fornecedores		9	10
Passivo	Fornecedores	O&M (30)	(28)

Fornecedores	CCI (9)	(8)
Colg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(27)
Colg Geração e Transmissão S.A.	CCI	(8)
	(39)	(71)

Resultado Receita	31/12/22	31/12/21
Fornecedores	106	116
	106	116

Fornecedores	O&M (357)	(183)
Fornecedores	CCI (89)	(89)
Colg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(389)
Colg Geração e Transmissão S.A.	CCI	(95)
	(446)	(757)

Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, além dos diretores. O valor da remuneração anual global dos entes foi aprovado durante a 13ª AGE e 8ª AGO, realizados em 28/04/2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	79	75
	79	75

20 Seguros: A política de seguros da Cia., no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros envolve o interesse em contratar seguros para riscos operacionais e D&O (proteção de executivos, diretores, gerentes e conselheiros contra reclamações de terceiros, relacionadas aos atos de gestão praticados no exercício de suas atribuições). Em 13/09/2022 a Cia. contratou o seguro D&O, cujos detalhes consta a seguir: - Apólice nº 00100000052; - Processo Susep: 15414.648336/2021-04; - Âmbito de Cobertura: Mundial, exceto EUA e Canadá; - Vigência da Apólice: Data do Início: às 24h00 do dia 29/08/2022 e Data do Vencimento: às 24h00 do dia 29/08/2023; - Prêmio: R\$ 4.318,53 (quatro mil, trezentos e dezoto reais e cinquenta e três centavos); - Limite Máximo de Garantia: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); Já em relação ao seguro de risco operacional, não obstante todo o empenho na contratação desde dezembro/2020, a Cia. ainda não recebeu oferta firme consonante com os editais de pregões eletrônicos publicados em 07/04/2022, 30/06/2022 e 06/07/2022. A Cia. instituiu Comitê específico para acompanhamento das tratativas relativas à seguro de riscos operacionais, sendo que diante da falta de apêlice das seguradoras, o oferta compatível com condições de mercado, a LAZ elaborou Plano de Contingência e está adquirindo sobressalentes para maior agilidade da recomposição da Linha de Transmissão em eventual ocorrência de sinistro. A Cia. continuará abordando o mercado na expectativa de uma mudança de interesse das seguradoras. **21 Eventos Subsequentes:** A Cia. efetuou uma avaliação de toda a sua operação e influências até a data de emissão das DFs e não identificou nenhum evento subsequente a ser apresentado.

Diretoria Executiva: Antonio Dirceu Guimarães Machado - Diretor de Engenharia e Operação. CPF: 271.620.958-15; Joicymar Oliveira Lopes Vieira - Diretora Presidente e Diretora Administrativa-Financeira. CPF: 011.812.496-00.

Responsável Técnico pelas DFs: Ronaldo Borges Andrade - Contador - CRC: 1RJ 051927/O-8

Parecer do conselho fiscal sobre as DFs do exercício findo em 31/12/2022: Os membros do Conselho Fiscal da Lago Azul Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das DFs e do Relatório Anual da Administração referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, e, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes Berkan Auditores Independentes S.S., concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinaram favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. RJ, 11/04/2023. Geórgia

Relatório dos Auditores Independentes sobre as DFs: Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Lago Azul Transmissão S.A. Opinião: Examinamos as DFs da Lago Azul Transmissão S.A. ("LAZ" ou "Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lago Azul Transmissão S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Cobertura de seguros:** Conforme apresentado na nota explicativa nº 20 às DFs, destacamos que a Cia. atualmente não dispõe de seguro de risco operacional contratado para a concessão de transmissão de energia, o que pode resultar em potenciais impactos financeiros significativos em caso de ocorrência de eventos adversos relacionados às suas operações. Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros, ressaltamos que a ANEEL, órgão regulatório responsável pela supervisão das atividades da Cia, exige que as concessionárias de transmissão de energia estabeleçam mecanismos adequados de gestão de riscos, incluindo a contratação de seguros para cobertura dos riscos operacionais. Além disso, conforme as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade—CFC e as normas internacionais de auditoria—IFRS, a Cia. tem a obrigação de apresentar em suas DFs as informações relevantes sobre seus riscos e suas exposições, bem como a necessidade de contingências relacionadas a tais riscos. Portanto, em 31/12/2022, o principal ativo da Cia., não está coberto por seguros, com

isso ressaltamos a importância de que a Cia. continue avaliando e adotando medidas adequadas para gerenciamento de seus riscos operacionais, visando a mitigação dos potenciais impactos financeiros que possam decorrer da ausência de seguros contratados. **Outros Assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Cia., e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das DFs da Cia.. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as DFs e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09—Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, 2º os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às DFs tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas DFs:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influen-

ciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs, inclusive as divulgações e se as DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau (SC), 27/03/2023.

Berkan Auditores Independentes S.S.—CRC SC-00970/O-7;
Bradley Ricardo Moretti—Sócio Responsável Técnico—Contador CRC SC-023618/O-6

Id: 2472147

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms

SOFT GRILL RESTAURANTE LTDA EPP
CNPJ 31.860.760/0001-00 NIRE 3320174607-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS
Nos termos do art. 1.152, § 3º, da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 ("Código Civil"), ficam convocados os quotistas da SOFT GRILL RESTAURANTE LTDA EPP ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 11:00 horas, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Tefé, nº 07, 5º andar, Bairro Saúde, CEP 20.202-460, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a destituição de Olga Maria de Souza Marques do cargo de administradora da Sociedade; (ii) a eleição de Beatriz de Abreu Coutinho para o cargo de administradora da Sociedade; (iii) o ingresso de Guilherme Marques Assumpção como sócio em decorrência de sucessão hereditária; (iv) alteração e consolidação do Contrato Social. Todos os documentos relacionados às matérias da ordem do dia estão à disposição dos acionistas na sede da Sociedade. Rio de Janeiro/RJ, 14 de abril de 2023. OLGA MARIA DE SOUZA MARQUES - Administradora.
Id: 2471952

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. ("Emissora")
CNPJ nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
Companhia Aberta
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 19ª (DÉCIMA NONA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. ("Emissão") e "Escritura de Emissão", respectivamente). PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunidade dos titulares das debentures ("Debenturistas") emitidas através Escritura de Emissão, vem pelo presente, em decorrência do Processo nº 0843430-58.2023.8.19.000 que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro interposto pela Emissora e pela Light S.A., na qualidade de fiadora da Emissão ("Fiadora") ("Medida Cautelar") movido face ao Agente Fiduciário e terceiros, no qual foi requerido de forma liminar em 12/04/2023, a suspensão da exigibilidade das obrigações financeiras decorrentes da Emissão e quaisquer possíveis efeitos de vencimento antecipado da Emissão desde 10/04/2023, e instauração de mediação

coletiva ("Mediação"), convocar os Debenturistas para se reunirem em assembleia geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no próximo dia 08/05/2023, às 10h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, com link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução 81 CVM"), para examinar e deliberar as seguintes matérias da Ordem do Dia: 1) Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário, na defesa dos interesses dos Debenturistas, no âmbito da Medida Cautelar e Mediação, assim como possíveis processos incidentais; e 2) Aprovação da contratação de assessor legal, para perseguição do crédito decorrente da Emissão, atuando na defesa judicial e/ou extrajudicial dos interesses dos Debenturistas ("Assessor Legal"), conforme escopo das cotações a serem apresentadas pelo Agente Fiduciário e disponibilizadas através do e-mail contencioso@pentagonotruster.com.br, com até 7 (sete) dias de antecedências da efetiva deliberação em AGD. **Informações Gerais:** Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br). A AGD será realizada através do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário, via correio eletrônico (e-mail), àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, observado o disposto no artigo 72, parágrafo 1º da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando **pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando **pessoa jurídica:** (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando **fundo de investimento:** (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debenturistas indicados nos itens (i) a (iii) acima venha a ser representado por **procurador**, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD. Ressalta-se que os Debenturistas poderão participar da AGD ainda que não realizem o depósito prévio referido acima, bastando a apresentação de tais documentos, por meio dos e-mails informados acima, até o horário de abertura da AGD. O Agente Fiduciário não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.**
Id: 2471473

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. ("Emissora")
CNPJ nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8
Companhia Aberta
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 17ª (DÉCIMA SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ 4 (QUATRO) SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. ("Emissão") e "Escritura de Emissão", respectivamente). PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunidade dos titulares das debentures ("Debenturistas") emitidas através Escritura de Emissão, vem pelo presente, em decorrência do Processo nº 0843430-58.2023.8.19.000 que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro interposto pela Emissora e pela Light S.A., na qualidade de fiadora da Emissão ("Fiadora") ("Medida Cautelar") movido face ao Agente Fiduciário e terceiros, no qual foi requerido de forma liminar em 12/04/2023, a suspensão da exigibilidade das obrigações financeiras decorrentes da Emissão e quaisquer possíveis efeitos de vencimento antecipado da Emissão desde 10/04/2023, e instauração de mediação coletiva ("Mediação"), convocar os Debenturistas para se reunirem em assembleia geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada, em primeira convocação, no próximo dia 05/05/2023, às 10h, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams*, com link de acesso a ser encaminhado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas habilitados, nos termos da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução 81 CVM"), para examinar e deliberar as seguintes matérias da Ordem do Dia: 1) Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fiduciário, na defesa dos interesses dos Debenturistas, no âmbito da Medida Cautelar e Mediação, assim como possíveis processos incidentais; e 2) Aprovação da contratação de assessor legal, para perseguição do crédito decorrente da Emissão, atuando na defesa judicial e/ou extrajudicial dos interesses dos Debenturistas ("Assessor Legal"), conforme escopo das cotações a serem apresentadas pelo Agente Fiduciário e disponibilizadas através do e-mail contencioso@pentagonotruster.com.br, com até 7 (sete) dias de antecedências da efetiva deliberação em AGD. **Informações Gerais: Informações adicionais sobre a AGD e as matérias constantes da Ordem do Dia podem ser obtidas junto ao Agente Fiduciário (por meio do endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br). A AGD será realizada através do sistema eletrônico *Microsoft Teams*, com link de acesso a ser disponibilizado pelo Agente Fiduciário, via correio eletrônico (e-mail), àqueles Debenturistas que enviarem, para o endereço eletrônico contencioso@pentagonotruster.com.br, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGD, observado o disposto no artigo 72, parágrafo 1º da Resolução CVM 81, os seguintes documentos: (i) quando **pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública,**